

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PARTICULARIDADES E PRÁTICAS**

**Paulo Roberto dos Santos<sup>1</sup> e Ricardo Cenamo Cachichi<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Hoje vemos diversos problemas ambientais em nossa sociedade, problemas que ameaçam a vida na Terra, não apenas dos animais e plantas, mas também da humanidade. Para superarmos esta realidade precisamos de uma transformação de atitude e para que esta mudança ocorra é essencial uma educação ambiental (EA) crítica e libertadora, que nos faça enxergar quais são suas causas e consequências, para então buscarmos soluções para esses problemas. Com isso é de extrema importância que comecemos a trabalhar a EA desde os primeiros anos escolares, durante a educação infantil (EI). Neste trabalho vamos investigar como deve ser esta EA na EI, de forma que desperte nas crianças sentimentos e atitudes voltadas para a modificação do modo como tratamos a natureza. Trazemos também recomendações e sugestões para subsidiar iniciar, ou dar continuidade a um processo de EA na EI. Assim esperamos colaborar no desenvolvimento integral dos alunos e na transformação tão necessária para termos um ambiente mais sustentável.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental, Educação Infantil, Práticas Pedagógicas, Ambiente, Sustentabilidade, Problemas Ambientais.

## **ENVIRONMENTAL EDUCATION IN CHILDHOOD EDUCATION: PARTICULARITIES AND PRACTICES**

### **Abstract**

Today we see several environmental problems in our society, problems that threaten life on Earth, not only of animals and plants, but also of humanity. To overcome this reality, we need a transformation of attitude and for this change to occur it is essential a critical and liberating environmental education (EE) is essential, which makes us see what the causes and consequences are, so that we can seek solutions to these problems. Therefore, it is extremely important that we start working on this EE from the early school years, during early childhood education (EI). In this paper, we investigate how this EE should be in EI, so that awakes in children feelings and attitudes aimed at changing the way we treat nature. We also bring recommendations and suggestions to support and start, or continue an EA process in EI. In this way, we hope to collaborate in the integral development of students and in the much-needed transformation to have a more sustainable environment.

**Keywords:** Environmental Education, Early Childhood Education, Pedagogical Practices, Environment, Sustainability, Environmental Problems.

---

<sup>1</sup> Licenciatura em Pedagogia e EPT, Instituto Federal São Paulo, discente, p.roberto@aluno.ifsp.edu.br.

<sup>2</sup> Doutor em Química, Instituto Federal São Paulo, professor-orientador, rcachichi@ifsp.edu.br.

## LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: PARTICULARIDADES Y PRÁCTICAS

### Resumen

Hoy vemos varios problemas ambientales en nuestra sociedad, problemas que amenazan la vida en la Tierra, no solo animales y plantas, sino también la humanidad. Para superar esta realidad, necesitamos una transformación de actitud y para que ese cambio se produzca es fundamental la educación ambiental (EA) crítica y liberadora, que nos haga ver cuáles son sus causas y consecuencias, para que podamos buscar soluciones a estos problemas. Por ello, es de suma importancia que empecemos a trabajar esta EA desde los primeros años escolares, durante la Educación Infantil (EI). En este trabajo investigaremos cómo debe ser esta EA en la IE, para que en los niños se despierten sentimientos y actitudes encaminadas a cambiar la forma en que tratamos a la naturaleza. También traemos recomendaciones y sugerencias para subsidiar e iniciar, o continuar un proceso de EA en EI. De esta forma, esperamos colaborar en el desarrollo integral de los alumnos y en la transformación tan necesaria para tener un entorno más sostenible.

**Palabras claves:** Educación Ambiental, Educación Infantil, Prácticas Pedagógicas, Medio Ambiente, Sostenibilidad, Problemas Ambientales.

### Introdução

Nossa sociedade tem degradado cada vez mais a natureza e já vemos as consequências desses atos, mudanças climáticas, recursos escassos, alimentos, solos, atmosfera, rios e mares contaminados pela poluição, extinção de espécies, desmatamento, e tantos outros problemas ambientais são cada vez mais evidentes e debatidos. Se quisermos um futuro para a humanidade, precisamos urgentemente cuidar do nosso planeta, e um dos modos para se realizaresta ação, passa sem dúvidas pela Educação Ambiental (EA).

Para Link et al. (2012, p. 1306):

[...] a Educação Ambiental é uma das maneiras de reverter essa situação, poisela busca modificar valores, comportamentos, atitudes a fim de buscar qualidade de vida a todos os cidadãos e pensar num mundo sustentável, respeitando a natureza e os benefícios que oferece.

Então, se quisermos superar este cenário, precisamos investir na EA. Algumas leis brasileiras já apoiam a educação ambiental como um possível caminho. Por exemplo, a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, constitui que a EA deve ser incorporada ao currículo de todas as etapas do ensino básico; a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e reforça a importância de promover uma EA em todos os níveis de ensino, sendo uma prática interdisciplinar, integrada e

permanente (RODRIGUES; ANDREOLI, 2016).

Se devemos tratar a EA em todas as etapas do ensino básico, então precisamos começarna educação infantil. Pois, segundo Silva e Raggi (2019), é durante a primeira infância que acontecem aprendizados, descobertas e construções de valores que a criança pode levar para o restante da vida e a relação com a natureza e aprendizados significativos podem levar os alunos a ter um comportamento positivo frente a situação ambiental.

Através deste trabalho sugerimos investigar a relevância de trabalhar a educação ambiental desde a educação infantil. E levantar práticas pedagógicas da educação infantil que contemplem a EA, sugerindo possíveis caminhos para uma EA efetiva na educação infantil, com aprendizados significativos e transformadores que permitam as crianças refletir sobre a realidade ambiental em que vivem.

## **A necessidade de um Educação Ambiental na Educação Infantil**

Como vimos, iniciar a EA durante a primeira etapa da educação básica, que é a EI, é de grande relevância, visto as características das crianças nesta fase, curiosas, abertas ao aprendizado, em formação de caráter e valores, ainda sem pré-conceitos e julgamentos (BRIZOLARA, 2018; LINK, 2012; SCHWALM; ROBAINA, 2020; SILVA; RAGGI, 2019).

Devemos aproveitar essa fase de aprendizado, na qual tudo é mais emotivo e implantar uma EA de qualidade, crítica, que realmente faça as crianças pensarem sobre o ambiente e o sistema em que vivem, que desperte empatia e o interesse na busca por soluções para diminuir nosso impacto ambiental na natureza. Para Lanz (1979 apud schwalm; Lima e Robaina, 2020, p. 204):

[...] durante a infância, a natureza é interpretada pelas crianças como uma verdadeira extensão do corpo, na qual o homem se forma abraçado com ela, realizando sua humanidade no encontro e no contato consigo e com os outros elementos que compõem essa natureza. Por isso, o contato com o ambiente natural é fundamental ao longo da vida de qualquer ser humano, principalmente na primeira infância, que é o momento de maior “absorção” do meio externo, um momento em que a criança aprende e reproduz tudo que enxerga, vivência e sente. (SCHWALM; LIMA; ROBAINA, 2020, p. 204).

As crianças ao terem um contato com a natureza, desenvolvem maior empatia e sentimento em relação ao ambiente natural e costumam levar este sentimento para o restante de suas vidas. Segundo Link et al. (LINK et al., 2012), as escolas de EI são uns dos primeiros

espaços onde as crianças têm contato com pessoas fora de seu núcleo familiar, com características e personalidades diferentes, espaço ideal para se começar a discutir temas como a educação ambiental, o respeito pela natureza e a diversidade.

Além de todo o contexto apresentado até aqui, a legislação brasileira apoia a educação ambiental em vários documentos relacionados à educação básica. Rodrigues e Andreoli (2016), nos recordam algumas destas leis, como a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que em seu artigo 9º estabelece que a EA deve ser trabalhada em todos os níveis de ensino; a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que constitui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) e determina que a EA precisa ser desenvolvida respeitando as particularidades de cada escola, sua autonomia escolar e acadêmica e ter como características a integração e interdisciplinaridade, ser uma prática contínua e permanente, não sendo implantada como disciplina ou componente curricular (BRASIL, 2012); nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) em seus objetivos gerais afirma ser necessidades das crianças explorar e investigar o ambiente, percebendo-se como parte integrante deste ambiente, adquirindo consciência de sua dependência da natureza, assim como sua capacidade de transformar o meio em que vive e com isso contribuir em sua conservação (BRASIL, 1998).

Observando as considerações acima é possível afirmar que uma educação ambiental crítica e transformadora se faz necessária desde os primeiros anos escolares, buscando despertar sentimentos e atitudes que as crianças podem levar por suas vidas e auxiliar na mudança tão necessária que precisamos fazer para que possamos ainda ter um ambiente com maior equilíbrio ecológico, harmonia e respeito com a natureza.

### **A Educação Ambiental no Brasil: um pequeno histórico**

Existem e já existiram diversas vertentes de EA, desde uma EA de caráter conservador, que avalia os problemas ambientais, mas não investiga suas causas sociais, culturais e econômicas (MATOS; BATISTA; PAULA, 2019). Ou seja, é uma EA que não contextualiza os problemas ambientais e assim foi realizada a EA durante muito tempo, tendo vestígios desta vertente até hoje. Até chegarmos em uma EA que realmente discuta as causas e problemas ambientais, que contextualize seus debates, que leve em consideração todos os aspectos sociais, históricos, econômicos e culturais, foi um longo caminho. Nesta parte iremos

ver um breve histórico de como a EA vêm se desenvolvendo no Brasil.

A preocupação com o meio ambiente e o destino do planeta é uma discussão que já vem de algumas décadas. O cenário presente na segunda metade do século XX, contribuiu muito para que a sociedade começasse a pensar em uma mudança de pensamento. Fatos como as revoluções industriais, as guerras mundiais, a guerra fria, o modelo de desenvolvimento e a poluição crescente, preocupavam a comunidade internacional quanto ao futuro das gerações futuras, neste panorama é que se começa a surgir o que seria a EA (LELIS; MARQUES, 2021). Segundo Oliveira (2013 apud LELIS; MARQUES, 2021, p. 4): “em março de 1965, na Grã-Bretanha, na Conferência em Educação, pela Universidade de Keele, foi proposto o termo Educação Ambiental” – proposto pelo médico e filósofo alemão Albert Schwitzer.

O primeiro encontro internacional que trouxe a EA como uma das possíveis soluções para começarmos uma mudança de comportamento foi a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o ambiente humano, que ocorreu em Estocolmo (Suécia). Neste encontro, o primeiro a debater as questões ambientais em nível global. Uma das propostas elencadas foi eleger a educação como agente transformador na busca de uma mudança de atitudes, visando preservar o ambiente. Segundo o texto da Declaração de Estocolmo (como ficou conhecida as recomendações produzidas na conferência) a EA seria essencial para a conscientização da sociedade para os problemas ambientais, e que ela seja um direito de todos cidadãos, incluindo a participação de empresas, da mídia, de governos na construção desta EA, que pudesse garantir o desenvolvimento e diminuisse a degradação do ambiente (LELIS; MARQUES, 2021; MATOS; BATISTA; PAULA, 2019).

Matos; Batista e Paula, (2019) recordam que o Brasil foi um dos países a se opor a Declaração de Estocolmo. Nesse período o país estava sob regime militar e visava o crescimento econômico, e para eles aderir á causas ambientais poderiam atrasar este desenvolvimento. Apesar disso em 1973, o Brasil cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente

– SEMA (LELIS; MARQUES, 2021), graças a pressões internacionais está secretaria da início oficialmente a EA em nosso país, pois uma de suas atribuições era promover atividades educativas para a preservação do ambiente (MATOS; BATISTA; PAULA, 2019).

Em âmbito internacional no ano de 1977 em Tbilisi (Geórgia) acontece a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, o terceiro evento ambiental promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Sobre essa conferência Lelis e Marques (2021, p.

9), tecem o seguinte comentário:

Ao atribuir a EA espaço em toda a formação escolar, afirmando a continuidade desses processos no âmbito da educação formal e informal, a Conferência busca inserir todas as pessoas no processo de EA. Os governos, os organismos de comunicação, as instituições de ensino básico, as instituições formadoras de educadores, as ONGs, enfim, a atribuição da responsabilidade é de todos em suas realidades e possibilidades. (LELIS e MARQUES, 2021, p. 9).

Algumas das recomendações deste evento foram: abordar a EA de forma interdisciplinar; incorporar a EA em atividades educacionais formais; contextualizar as problemáticas ambientais, destacando seus aspectos sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos (MATOS; BATISTA; PAULA, 2019).

O Brasil não participa da Conferência de Tbilisi, sob a alegação de não ter relações diplomáticas com o bloco soviético (LELIS; MARQUES, 2021), porém neste mesmo ano, a SEMA cria um grupo de trabalho para definir o papel da EA no Brasil, mapeando-a e contextualizando com nossa realidade. Essa comissão elaborou um documento com fundamentos e diretrizes para a formação de percepções, valores, habilidades e atitudes ligadas a questões ambientais e que deveriam ser desenvolvidas com alunos da educação básica, do ensino superior e de pós-graduação (LELIS; MARQUES, 2021). Há uma preocupação especial com a capacitação de professores para dar impulso a esta EA:

[...] incluir nos currículos dos cursos de formação de professores, em todos os níveis, a disciplina Ciências do Ambiente visando atender às características da Educação Ambiental; Promover a atualização dos professores em serviço através de cursos, seminários programas especiais de treinamento encontros etc., no sentido de oferecer lhes instrumentos para aplicação dos conteúdos, métodos e objetivos da Educação Ambiental (BRASIL, 1977 apud LELIS; MARQUES, 2021, p. 10).

Percebe-se que a EA no Brasil começa se estruturar, mesmo que timidamente. Em 1981 é instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), determinando a implantação da EA na educação formal e não-formal, inclusive destacando a necessidade da capacitação da comunidade na defesa do meio ambiente (FRIZZO; CARVALHO, 2018; LELIS; MARQUES, 2021).

Com a redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988, conviver em um ambiente ecologicamente equilibrado é um bem de uso comum e passa a ser direito de todos (FRIZZO; CARVALHO, 2018; MATOS; BATISTA; PAULA, 2019). E que para a garantia

desse direito, cabe ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 1988).

Em 1992, no Rio de Janeiro (Brasil), ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou Eco-92. A conferência discutiu temas como o desenvolvimento sustentável. Um documento de destaque produzido durante a Rio-92 foi a Agenda 21, que definia metas e medidas para os países participantes conscientizarem seus cidadãos em direção a preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Em um de seus capítulos, o documento sugere uma educação permanente sobre o ambiente e o desenvolvimento (LELIS; MARQUES, 2021; MATOS; BATISTA; PAULA, 2019).

Ao mesmo tempo em que acontecia a Rio-92, o Ministério da Educação e Desportos (MEC) promoveu um encontro entre educadores ambientais, no qual foi elaborada a “Carta Brasileira para a Educação Ambiental”, esta carta considerou a EA como uma das melhores estratégias para a sustentabilidade, estabelecendo sua necessidade em todos os níveis de ensinobásico, assim como no ensino superior. Além de frisar que a EA deve ser ofertada por meios multi, inter e transdisciplinaridade e atender a realidade brasileira (LELIS; MARQUES, 2021; MATOS; BATISTA; PAULA, 2019).

Em termos políticos pedagógicos, foi a partir da década de 1990 que a Educação Ambiental brasileira começou a superar o seu discurso marcadamente conservador, passando a considerar as dimensões social e cultural do ambiente. A partir desse momento, não foi mais possível discutir Educação Ambiental sem assumir a opção político-pedagógica adotada como referência para os saberes e as práticas educativas empregadas (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2001 apud MATOS; BATISTA; PAULA, 2019, p. 9).

Ainda na década de 1990, são criados o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e lançado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), com o intuito de sistematizar a EA principalmente nas escolas. Com este programa se enfatiza o caráter crítico da EA e a interligação com todos outros aspectos da sociedade, como os ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos e éticos (FRIZZO; CARVALHO, 2018; LELIS; MARQUES, 2021; MATOS; BATISTA; PAULA, 2019).

A 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental, realizada em 1997 em Brasília (LELIS; MARQUES, 2021; MATOS.; BATISTA.; PAULA, 2019), foi um marco para

EA

brasileira. Este evento avaliou as dificuldades encontradas até então para a efetivação de uma educação para o meio ambiente, que realmente faça sentido para a sociedade. Seu foco principal foi na educação escolar formal, discutindo qual seria o papel, desafios e metodologia que deveriam ser adotadas. Neste ano também foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que traz subsídios de como a escola pode abordar temas sociais contemporâneos, denominados temas transversais, o meio ambiente é um destes temas.

Os autores citados acima (LELIS; MARQUES, 2021; MATOS; BATISTA.; PAULA, 2019) discorrem sobre a lei nº 9.795 de 1999, sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, reafirmando a EA como parte vital da educação e lembrando seu caráter transdisciplinar e permanente em todos os níveis de ensino, além da educação não-formal. Ainda segundo Lelis e Marques (LELIS; MARQUES, 2021):

[...] a Política Nacional de Educação Ambiental Lei nº 9.795/99 institui as diretrizes para o desenvolvimento da EA com valores e enfoque humanista, holístico, democrático e participativo visando proporcionar a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Ademais reforça a necessidade de desenvolver a EA na concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

Em 2012 acontece a Rio+20, ou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, procurando novos meios de seguir com um modelo de desenvolvimento sustentável frente aos novos problemas ambientais, e aos que ainda não haviam sido resolvidos. Embora a EA não tenha sido um dos assuntos específicos da conferência, ela contribuiu na consolidação da EA (LELIS; MARQUES, 2021; MATOS; BATISTA; PAULA, 2019). No ano de 2012, também foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), um referencial para o desenvolvimento da EA na educação formal brasileira, com os desígnios de incitar a reflexão e criticidade em todos os níveis e modalidades de ensino. As diretrizes também orientam os cursos superiores e sistemas de ensino na elaboração, execução e avaliação de projetos ligados a EA (LELIS; MARQUES, 2021).

Podemos perceber que a EA no Brasil teve uma lenta, porém considerável evolução. Os professores e educadores ambientais precisam continuar a trilhar um caminho de uma EA crítica e contextualizada com os verdadeiros problemas brasileiros e globais. Sabemos que recentemente estamos sofrendo alguns retrocessos nas políticas ambientais. Então faz-se mais

que necessário que a EA seja efetivamente implantada nas escolas e fora delas, quebrando estavisão egoísta e antropocêntrica que estamos presenciando.

## **Educação Ambiental na Educação Infantil: recomendações e fundamentos**

Vimos até agora que a educação ambiental é imprescindível em qualquer nível de ensino da educação básica e na educação informal, o quanto a EA é importante para o desenvolvimento de cidadão participativos e preocupados com a sociedade e ambiente. Podemos observar como ela veio evoluindo e as lutas que travou (e ainda trava) contra interesses políticos e econômicos. Observamos como a legislação apoia a EA e o quanto é necessária à sua introdução desde os primeiros anos da infância. Agora vamos discutir como a EA ocorre na EI, vamos tratar de diversas práticas pedagógicas que podem ser aplicadas e as fundamentações teóricas para conduzir estas práticas.

Na EI sempre pode ser observadas práticas que estão relacionadas com a natureza e ambiente de alguma forma, seja em músicas ou literatura infantil, em desenhos animados, ao brincar no parque, a questão do cuidado entre outros aspectos interligados com a EA são práticas comuns na EI. Mas estas práticas não podem ser isoladas, precisam ser planejadas e estar coberta de intenções pedagógicas, precisam ser abordadas de forma lúdicas e críticas contemplando a realidade vivida pelas crianças, para assim despertar interesses e valores relativos ao cuidado com o planeta (DIAMANTINO; CASTOR, 2020; SILVA; RAGGI, 2019; VERDERIO, 2021).

E para que os temas referentes a EA sejam abordados da forma descrita acima, precisamos de professores que tenham intimidade com estes temas e saiba bem quais são suas intenções ao dar um conteúdo de EA. Infelizmente, como afirma Verdeiro (2011, p. 141): “Dentre as principais limitações encontradas pela EA nas escolas, está a formação dos professores para desempenhar este trabalho de conscientização ambiental.”

Em entrevistas com professores de EI realizadas por diversos autores, em quase todas, foram constatadas a formação precária frente a EA. Em Saheb e Rodrigues (2016 apud VERDERIO, 2021), os educadores entrevistados e o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas participantes afirmavam possuir conhecimento sobre EA e reconheciam sua relevância na EI, mas ao desenrolar da entrevista e sob uma maior análise dos PPPs, pode se verificar que as informações são precárias e não desenvolvem uma EA contextualizada e crítica. Verderio (2021) ainda relata que os profissionais de educação dizem que ao procurar

informações sobre EA, as fontes que mais utilizam são pesquisas na internet e a mídia, o que pode gerar um conhecimento limitado e descontextualizado. Rodrigues e Andreoli (2016), na mesma linha descrevem que muitas das professoras entrevistadas possuem uma concepção de EA naturalista e conservadora em detrimento do recomendado por inúmeros documentos técnicos e legislativos (como vimos anteriormente), que é ofertar uma EA crítica e transformadora. Schwalm e Robaina (2020) também dizem que muitas vezes as professoras de EI não se sentem seguras ao abordar conceitos científicos e acabam “pulando” essas atividades do currículo.

Como pode ser averiguado, a formação dos docentes de EI em temas como a EA é precário e muitas das vezes abordado de modo superficial. Uma das formas de suprir esta carência na formação é primeiramente incentivar as formações continuadas em seus horários específicos de formação na escola e investir na formação inicial, colocando a EA em todos os cursos de licenciatura, em especial no curso de Licenciatura em Pedagogia, que forma as professoras da EI (DIAMANTINO; CASTOR, 2020; RODRIGUES; ANDREOLI, 2016; SCHWALM; ROBAINA, 2020; VERDERIO, 2021).

Além disso, se percebe também, a necessidade de um maior investimento na formação de educadores ambientais através da inclusão da educação ambiental como uma área de formação em todos os cursos de graduação e cursos profissionalizantes. E, em conjunto com este trabalho, promover a integração e a troca de experiência dos que já atuam nesta área com o objetivo de reduzir as disputas que existem entre as diversas formações destes profissionais e estimular o intercâmbio de ideias entre estes setores e, assim, tentar superar as visões parciais dentro da educação ambiental. Assim, se confirma no plano de ação da Coordenação de Educação ambiental do MEC, de 1996, ainda prevê que se é importante para as instituições de ensino, não somente a abordagem destes conteúdos, mas como a capacitação de docentes para que essas ações sejam consistentes e sistemáticas e ainda ressalta que essa medida deve acontecer em todo o país garantindo incorporação em todas as modalidades de ensino. (CAMPOS; CARVALHO, 2015 apud DIAMANTINO; CASTOR, 2020, p. 4)

A formação de professores como vimos é um dos problemas de se ter uma EA realmente transformadora na EI, mas os problemas infelizmente não se restringem a isto, mas muitas das vezes são decorrentes desta formação deficiente em EA. Por exemplo, o protagonismo das crianças muitas das vezes não é utilizado, e pouco as crianças são ouvidas quanto aos trabalhos que serão realizados, tornando-se passivos frente ao conhecimento que recebem (RODRIGUES; ANDREOLI, 2016). Ou quando as escolas apenas trabalham a EA em datas específicas como no Dia do Meio Ambiente e Dia da Árvore (LINK et al., 2012).

Para realizarmos uma EA eficiente, que coloque os alunos para refletir e pensar sobre

o papel da humanidade e sua relação com a natureza, precisamos seguir alguns critérios e recomendações, desenvolvendo assim uma educação libertadora, tanto para o ambiente quanto para a humanidade. De acordo com Pereira (1993 apud FERNANDES; COSTA, 2011) a EA é um meio para a transformação social, pois “[...] a consciência ecológica está conectada à utilização sustentável dos recursos naturais, gerando novos princípios, valores e conceitos para uma nova racionalidade [...]” (FERNANDES; COSTA, 2011, p. 709) – ou seja, a EA é voltada para a formação de novos valores sociais, conhecimentos e ações para o desenvolvimento sustentável. Ainda para o autor, a EA deve ser “abordada como um conjunto de técnicas pedagógicas do que como conteúdo” (PEREIRA, 1993 apud FERNANDES; COSTA, 2011, p. 709), o discente precisa estar em contato direto com o ambiente a ser estudado, praticando ações sem que busquem a soluções de problemas reais de seu cotidiano. E para completar ainda lembra que a EA necessita ser interdisciplinar em um processo coletivo e integral, visando a compreensão de os aspectos que influenciam o ambiente, como os aspectos econômicos, culturais, biológicos, físicos e sociais.

A promoção da Educação Ambiental nas escolas visa não somente conscientizar as crianças, mais que isso, é preciso que os educadores criem situações de aprendizagem que envolvam a comunidade escolar no sentido de pensar em propostas de intervenção na realidade, pois sem um trabalho coletivo e bem direcionado, as ações poderiam se perder ao longo do processo ensino - aprendizagem. (DEWEY, 1971 apud SILVA; RAGGI, 2019, p. 2)

Rodrigues e Andreoli (2016) caminham na mesma trilha, aconselham que a EA na EI deve ser crítica, transformadora e reflexiva, na qual os saberes não estejam prontos e finalizados que sejam trabalhados interdisciplinarmente, integrando todas as disciplinas. No texto os autores ainda nos recordam sobre os diversos documentos nacionais e internacionais que contemplam a interdisciplinaridade:

A interdisciplinaridade é mencionada em importantes documentos como a Declaração de Estocolmo (1972), Carta de Belgrado (1975), Declaração de Tbilisi (1977) e as DCNEA (2012), sendo considerada como um caminho para trabalhar a Educação Ambiental. As DCNEA asseguram em seu artigo 8º que a Educação Ambiental seja realizada em todos os níveis escolares como uma prática educativa integrada e interdisciplinar. Afirma-se que, a Educação Ambiental não deve ser implementada como disciplina ou componente curricular específico, desta maneira, a interdisciplinaridade seria uma alternativa para trabalhar com essa temática. (RODRIGUES; ANDREOLI, 2016, p. 133-134).

Uma constante também presente neste trabalho é a indicação para se trabalhar com a

realidade da comunidade, envolvendo-a no trabalho. Além disto os professores precisam apresentar uma mudança de atitude, e incorpore para si os conceitos de EA, procurando realizatividade que despertem respeito e cooperação (RODRIGUES; ANDREOLI, 2016).

Os autores citados concordam que a EA deve ser coletiva, com a participação de toda a comunidade escolar, estudando a partir de buscas por soluções para problemas reais presentes na comunidade. Fazendo com que o aluno aprenda na prática, que possa visualizar as causas que levam aquele problema, contextualizando-o com a realidade social em que vive e assim sensibilizando e buscando uma possível solução.

A EA não pode ser trabalhada apenas eventualmente, ela precisa ter um caráter permanente, estabelecida a longo prazo, por este motivo é recomendável já iniciá-la na educação infantil e continuar por toda a educação básica e além da escola (DIAMANTINO; CASTOR, 2020).

Uma outra forma de educar ambientalmente crianças tão pequenas é se utilizar da sensibilização, mexer com sentimentos e emoções, tornando os mais humanizados. Alckimin e Chamti (2015 apud SCHWALM; ROBAINA, 2020) relatam o caso de uma escola (*Green School*) na qual o pilar pedagógico é a sustentabilidade e as práticas docentes vão exatamente nesta direção da sensibilização, explorando diversas dimensões da inteligência, como a sinestésica, através de desafios físicos, a dimensão emocional com atividades artísticas e culturais, a dimensão racional através de estímulos com atividades que desafiam os aspectos cognitivos e intelectuais e até a parte espiritual pode ser desenvolvida com desafios interpessoais. Para estes autores (SCHWALM; ROBAINA, 2020, p. 205):

[...] sensibilizar é preciso para que as pessoas “vivenciem” o conhecimento e compreendam o fenômeno natural a partir do sentimento que ele gera, podendo, assim, dar um sentido mais amplo para aquela situação, condição e realidade prévia, que era baseada apenas no conhecimento empírico.

Como já dito anteriormente, mesmo com crianças tão pequenas precisamos desenvolver uma EA crítica, que questione o modelo atual de sociedade e produção, assim como a distribuição de renda e desigualdades tão gritantes atualmente. Temos que superar a visão de dominação e exploração da natureza e das pessoas, buscando uma transformação na estrutura social e maior conexão com o mundo natural (VERDERIO, 2021). Esta visão crítica da EA permite visualizarmos ela como um todo, não apenas com a visão conservacionista de proteger a natureza e os recursos ambientais, como trás da visão crítica da EA, podemos entender quais são as causas e consequências dos problemas ambientais, assim como quais

são os interesses envolvidos nestes problemas. Para isso devemos envolver na EA os aspectos que influenciam como lidamos com o ambiente, como os aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e históricos, que diretamente ou indiretamente atuam no modo como conduzimos nossas políticas ambientais e lidamos com a natureza (FERNANDES; COSTA, 2011).

No trabalho de Rodrigues e Saheb (2018) é aconselhado aproveitar as características infantis para a efetivação da EA, por exemplo eles nos recordam que as crianças são naturalmente curiosas, gostam de explorar, se encantam ao descobrir novos conhecimentos, são questionadoras e participativas, além disso citam o RCNEI e como os currículos de EI devem abordar a EA:

[...] promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais; [...] (Brasil apud (RODRIGUES; SAHEB, 2018, p. 576).

VIII – incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza. (Brasil apud (RODRIGUES; SAHEB, 2018, p. 576).

O cuidar e o educar tão associados na EI devem ser levados em consideração ao elaborarmos práticas pedagógicas de EA. “[...] cuidar da criança é, sobretudo, dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades” (BRASIL, 1998, p. 25 apud RODRIGUES; SAHEB, 2018, p. 578). Ou seja, é imperativo considerar as necessidades da criança, sejam físicas, psicológicas, sociais, emocionais ou biológicas, além de atentar para a realidade na qual ela está inserida.

Neste tipo de EA, crítica, transformadora, contextualizada e que respeita a individualidade dos sujeitos, as crianças são vistas como sujeitos de direitos, cidadãos, que pensam, agem e refletem frente a realidade (SILVA; RAGGI, 2019).

Ao seguirmos estes fundamentos e critérios para implantar uma EA efetiva na EI, garantiremos uma formação integral, humanizada para nossos alunos, além de formar pessoas mais conscientes, preocupados com o futuro do planeta e da humanidade. Formaremos cidadãos atuantes na busca de um ambiente sustentável, que sejam mais solidários e respeitosos com a humanidade e a natureza (DIAMANTINO; CASTOR, 2020; FERNANDES; COSTA, 2011; LINK, 2012; RODRIGUES; ANDREOLI, 2016; RODRIGUES; SAHEB, 2018; SCHWALM; ROBAINA, 2020; SILVA; RAGGI, 2019;

VERDERIO, 2021). Quem sabe assim podemos superar este paradigma ambiental em que vivemos de exploração perpetua do ambiente e natureza.

### **Atividades de Educação Ambiental na Educação infantil**

Então a EA na EI deve trabalhar com os sentimentos e emoções, precisa ser crítica, reflexiva, contextualizada, envolver toda a comunidade escolar e entorno, trazer problemas docotidiano desta comunidade para serem desenvolvidos nas práticas pedagógicas e respeitar as crianças como indivíduos atuantes e sujeitos de direitos, para que com isso formamos alunos participativos na sociedade, que busquem melhoras para sua comunidade de forma democráticae que respeitem e cuide do ambiente. Fica a pergunta: quais práticas pedagógicas são propiciaspara este trabalho com EA? Nesta parte, trazemos algumas sugestões de práticas pedagógicase sequências didáticas para trabalhar a EA na EI, de forma a fornecer subsídios para iniciar estájornada.

Como dito no decorrer deste texto, o período da infância é propicio para ensinar as crianças conceitos e atitudes, pois nesta idade elas estão mais abertas a novas ideias, são curiosas, estão dispostas ao aprendizado, são questionadoras, e é principalmente nesta fase da vida que formamos nossos valores e características que levaremos pelo resto da vida (BRIZOLARA, 2018; SILVA; RAGGI, 2019; VERDERIO, 2021). Segundo Verderio (2021, p. 131):

Esta escolha justifica-se por ser principalmente nessa faixa etária que se constroem conceitos e valores para a vida toda, sendo na EI que se tema oportunidade de desenvolver nas crianças valores e condutas voltadas para a conservação do meio ambiente. Além disso, trabalhar com questões que visam refletir sobre estas situações e suas consequências são fundamentaisdesde a mais tenra idade.

Concordamos com os autores que introduzir uma EA logo nas primeiras fases da vida é essencial para o desenvolvimento de atitudes que levem a uma melhor relação com o ambiente.E ao realizar uma educação ambiental na educação infantil precisamos respeitar o mundo da criança e adaptar as atividades para potencializar o aprendizado nesta faixa etária. Assim as crianças constroem seus conhecimentos, sentimentos e atitudes através das interações e brincadeiras, a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz como um dos eixos estruturantes da educação infantil o eixo “Interações e Brincadeiras”, no qual afirmam que os alunos da EI aprendem e se desenvolvem através da socialização com os

outros e com o ambiente (SILVA; RAGGI, 2019).

A EA na EI necessita se desenvolver por atividades lúdicas, prazerosas para as crianças, atividade em que possam se divertir e aprender de forma agradável, desenvolvendo sua criatividade, autonomia e senso crítico através do brincar (SCHWALM; ROBAINA, 2020; SILVA; RAGGI, 2019).

Outra sugestão que surge em diversos textos é realizar atividades práticas no ambiente natural, com as crianças em contato direto com a natureza, observando e interagindo com o ambiente, com a fauna e a flora. Construindo seu conhecimento na prática, aumentando sua relação com a natureza, despertando sentimentos e emoções (BRASIL, 2018; DIAMANTINO; CASTOR, 2020; FERNANDES; COSTA, 2011; LINK et al., 2012; RODRIGUES; SAHEB, 2018; SCHWALM; ROBAINA, 2020; SILVA; RAGGI, 2019; VERDERIO, 2021).

Algumas atividades que podem ser desenvolvidas com crianças que atendam os critérios e recomendações citados até o momento são: atividades como o desenvolvimento de uma horta, ou jardim, no qual as crianças vão cuidar de tudo desde o solo, a plantação e desenvolvimento das plantas, podendo ainda colher frutos, legumes, hortaliças para serem utilizados na merenda escolar (BRIZOLARA, 2018). Para Brizolara (2018, p. 5), este tipo de atividade “[...] nos ensina os valores da emocionalidade da Terra: a vida, a morte, a sobrevivência, os valores da paciência, da perseverança, da criatividade, da adaptação, transformação, da renovação.” A autora também recomenda trabalhos com descarte correto de resíduos e reciclagem. Neste podem ser desenvolvidos brinquedos, instrumentos, artesanatos, com sucatas, desenvolvendo a criatividade dos alunos, além de ser trabalhado o destino dos resíduos, deixando claro para os alunos onde parariam estas sucatas se fossem descartadas de modo incorreto, lembrando de realizar este trabalho de modo crítico (BRIZOLARA, 2018).

Link et al. (2012) utiliza de uma sequência didática para tratar dos problemas relativos ao lixo como o descarte incorreto e produção exacerbada de lixo, nesta sequência são utilizados recursos como animações infantis, passeios para observar os problemas ambientais da comunidade escolar, rodas de conversas com os alunos na busca de soluções para os problemas observados, realizar ações para tentar sanar estes problemas (o que no caso deste trabalho as crianças foram até uma praça pública recolher o lixo e implantar novas lixeiras no local, sendo que as lixeiras da praça haviam sido quebradas). Foram ainda desenvolvidas palestras, um teatro foi apresentado sobre o tema (com alunos do 4º ano de uma escola de ensino fundamental próxima, que também passam por processo de EA), uma matéria de

jornal foi desenvolvida para divulgar na comunidade as ações das crianças e da escola. Como legado deste projeto tanto as crianças quanto os professores decidiram transformar a escola em polo de coleta de material reciclável encaminhado este material para sua destinação correta, as usinas de reciclagem.

Durante a pré-escola podemos abordar temas um pouco mais complexos, como a relação da dimensão ambiental com as características sociais, econômicas, culturais e como isso tudo afeta outros aspectos da vida como a saúde, o trabalho, o consumo, relações étnicas, raciais, de gênero (RODRIGUES; SAHEB, 2018). Rodrigue e Saheb (2018, p. 583), aconselham o uso de diferentes linguagens: “gestual, plástica, dramática e musical” – aumentando assim o repertório cultural dos discentes.

Ainda as atividades de EA podem ser desenvolvidas por meios de jogos, projetos, atividade artísticas, culturais, esportivas, em contato com a natureza, com o uso de filmes, literatura, quadrinhos, resoluções de problemas, saídas de campo, entre uma infinidade de outras atividades. O importante é desenvolver a criança integralmente de maneira crítica acordando-a para os problemas ambientais que atingem nossa sociedade e desenvolvendo atitudes que possam levá-las as transformações pessoais e sociais que procurem uma melhor condição ambiental e social (BRIZOLARA, 2018; DIAMANTINO; CASTOR, 2020; RODRIGUES; SAHEB, 2018; VERDERIO, 2021).

## **Considerações finais**

Durante este trabalho discutimos a importância da EA frente todos os problemas ambientais que enfrentamos e ainda vamos enfrentar, debatemos brevemente como a EA ambiental foi se desenvolvendo e seu histórico no Brasil e no mundo. Podemos verificar que é essencial a implantação de uma EA crítica, transformadora e libertadora e que isto deve de preferência ser iniciado desde os primeiros anos escolares, na educação infantil, especialmente devido as características infantis.

Também pudemos observar que se a EA respeitar as características infantis e se for desenvolvida através da ludicidade e brincadeiras, podemos formar cidadãos cientes de seus deveres, preocupados com todos os aspectos que influenciam sua vida, um cidadão participante preocupado com os rumos da sociedade.

Portanto a EA durante a EI é um ato essencial para o desenvolvimento integral das

crianças, de uma sociedade sustentável e de um futuro para todas as formas de vida do planeta.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf). Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRIZOLARA, Rosa. **Compartilhando a Educação Ambiental: exemplos para o professor trabalhar a Educação Ambiental na Educação Infantil**. 2018. 15 f. Produto educacional (pós-graduação em ciências e tecnologias na educação) - Instituto Federal Sul - Rio - Grandense- Campus Pelotas: Visconde da Graça, 2018.

DIAMANTINO, Cintia; CASTOR, Katia. A educação ambiental na educação infantil - reflexõopara uma prática significativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 10, p. e4664, 2020.

FERNANDES, Marilda; COSTA, Vânia. Conscientização ambiental na Escola Municipal de Educação Infantil Gente Miúda (o ambiente escolar como um caminho para transformações)

nacidade de Mata, RS. **Revista Monografias Ambientais**, v. 4, n. 4, p. 707–717, 2011.

FRIZZO, Taís; CARVALHO, Isabel. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, v. Ed. Especial, n. 1, p. 115–127, 2018.

LELIS, Diego; MARQUES, Ronualdo. Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil: um panorama a partir de eventos internacionais e nacionais. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e39910716841, 2021.

LINK, Daniele et al. Conscientização Ambiental com alunos da Educação Infantil da Escola de Ensino Fundamental Kinderwelt de Agudo - RS. **Revista Monografias Ambientais**, v. 6, n. 6, p. 1305–1311, 2012.

MATOS, Tharcia; BATISTA, Leidiane; PAULA, Edson. O. Notas sobre a história da educação ambiental no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2019, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Realize Eventos Científicos & Editora, 2019.

RODRIGUES, Daniela; ANDREOLI, Vanessa. Desafios E Perspectivas Das Ações Educativo- Infantil. **Revista brasileira de educação ambiental**, v. 11, n. 4, p. 130–148, 2016.

RODRIGUES, Daniela; SAHEB, Daniele. A educação ambiental na educação infantil: a partir dos saberes de Morin. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. 253, p. 573–588, 2018.

SCHWALM, Fernanda.; ROBAINA, José. A abordagem Ecopedagógica para sensibilização ambiental na educação infantil. **Revista Ciências & Ideias**, v. 11, n. 3, p. 201–214, 2020.

SILVA, Valquiria; RAGGI, Desireé. Educação ambiental com atividades lúdicas no ensino infantil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 25, p. e633, 2019.

VERDERIO, Leonardo. O desenvolvimento da educação ambiental na educação infantil: importância e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 1, p.130–147, 2021.